



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

EDITAL DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS N.º 14/2017-SE.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRA DE DEMOLIÇÃO E RECONSTRUÇÃO DO MURO EXISTENTE NO CENTRO EDUCACIONAL 04 DE TAGUATINGA, LOCALIZADO NA QNG 06, ÁREA ESPECIAL 20 – TAGUATINGA/DF.

Processo 080.004.126/2017

TIPO: MENOR PREÇO



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

1 - PREÂMBULO

1.1 - O DISTRITO FEDERAL, por meio da Secretaria de Estado de Educação, neste edital denominada SE, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Ordem de Serviço n.º 128, de 14 de setembro de 2017, publicada no DODF n.º 178 de 15 de setembro de 2017, torna público, para conhecimento dos interessados, que às **17:00 horas do dia 28/11/2017** será realizado o recebimento e abertura dos envelopes de documentação e proposta de preços da **Tomada de Preços nº 14/2017**, referente ao processo nº **080.004.126/2017**, na sala n.º 309 no SGAN 607, Projeção "D", Brasília-DF. A Tomada de Preços foi requisitada pela Coordenação de Engenharia e Arquitetura e será realizada de acordo com o disposto na Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, suas alterações, Lei Distrital 4.611/11, Decreto n.º 35592/14 e demais legislações correlatas e demais legislações vigentes. A execução será indireta, sob o regime de empreitada por preço global, tipo menor preço.

1.2 – Dotação Orçamentária: Os recursos financeiros correm por conta do Programa de Trabalho 12.361.6221.3235.2724, fonte 100, elemento de despesa 4.4.90.51. Valor estimado da obra R\$ 751.308,78 (setecentos e cinquenta e um mil trezentos e oito reais e setenta e oito centavos).

1.3 - O objeto da presente licitação consiste na **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRA DE DEMOLIÇÃO E RECONSTRUÇÃO DO MURO EXISTENTE NO CENTRO EDUCACIONAL 04 DE TAGUATINGA, LOCALIZADO NA QNG 06, ÁREA ESPECIAL 20 – TAGUATINGA/DF.**

1.4 – O Edital poderá ser visualizado no sítio www.sedf.gov.br.

1.5 – Os arquivos contendo Projeto Básico e Projeto Executivo (Caderno de Especificações da Obra, Orçamento detalhado em planilha, Projetos de Arquitetura e Projetos Complementares), bem como a Planilha Estimativa elaborada pela Coordenação de Engenharia e Arquitetura encontram-se à disposição dos interessados em meio magnético e poderão ser retirados na Secretaria da Comissão Permanente de Licitação, no SGAN 607, Projeção "D", sala 309, fone: 3901-2364, de 09h às 12h e das 14h às 17h, onde serão prestados esclarecimentos acerca de dúvidas de caráter técnico ou legal e outras informações aos licitantes.



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

2 - CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta Licitação os interessados pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, **cadastrados no órgão licitante ou no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF**, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.

2.1.1 - Também poderão participar quaisquer outros interessados pertencentes ao ramo de atividade, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que, embora não cadastrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, atendam a todas as condições exigidas para cadastramento **até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas**, desde que também atendam a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.

2.1.2 – As licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

2.1.2.1 - Prova de Regularidade para com a FAZENDA FEDERAL, do DISTRITO FEDERAL ou, ESTADUAL e MUNICIPAL, mediante apresentação de certidões negativas, ou positivas com efeitos de negativa, do domicílio ou sede do licitante.

2.1.2.2 – A prova de regularidade para com a FAZENDA FEDERAL será feita mediante apresentação, em plena validade, de Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Tributos Federais, emitidas pela SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL (Certidão de Tributos e Contribuições Federais Administrados pela Secretaria da Receita Federal) e pela PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (Certidão Quanto à Dívida Ativa da União) DO MINISTÉRIO DA FAZENDA.

2.1.2.3 – Para os licitantes domiciliados no Distrito Federal, a prova de regularidade para com a FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL será feita mediante apresentação, em plena validade, de Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa expedida pela SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DF.

2.1.2.4 – Para os licitantes domiciliados fora do Distrito Federal, será exigida a prova de regularidade para com as FAZENDAS ESTADUAL e MUNICIPAL além da regularidade para com a FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL mediante a apresentação, em plena validade, das respectivas Certidões Negativas ou Certidões Positivas com efeitos de Negativa.

2.1.2.5 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, através de CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS -



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal (CEF), em plena validade, conforme dispõe do Art. 7º da Lei n.º 8.036, de 11/05/1990.

2.1.2.6 - Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social, através de Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, em plena validade, emitida pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.

2.1.2.7 – Índices contábeis constantes no item 3.4.1.1 do presente edital.

2.1.3 - As licitantes registradas no SICAF que apresentarem o demonstrativo “Consulta Situação do Fornecedor” ficarão isentas de apresentar os documentos solicitados no item 2.1.2.

2.1.4 - A Licitante cuja habilitação parcial no SICAF acusar no demonstrativo “Consulta Situação do Fornecedor”, algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento, a fim de comprovar a regularidade do mesmo, juntamente com os demais documentos.

2.2 - Somente poderão participar da licitação as empresas que satisfaçam as seguintes condições:

2.2.1. - empresas individuais ou coletivas que satisfaçam às condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos;

2.3 - A Contratada não poderá subempreitar o total das obras/serviços a ela adjudicados, salvo quanto aos itens que, por sua especialização, requeiram o emprego de firmas ou profissionais especialmente habilitados e, nesse caso, mediante prévia autorização da Coordenação de Infraestrutura – COINF.

2.3.1 - A responsabilidade sobre os serviços retro mencionados não será transferida, perante a SEDF, aos subcontratados, devendo exclusiva e diretamente a Contratada responder pela fiel observância das obrigações contratuais.

2.3.2 – Será permitido a subcontratação no limite máximo de 30% na forma do disposto no art. 72 c/c art 78, VI, da Lei nº 8.666/93, desde que avaliado e autorizado pela Coordenação de Obras.

2.4 - As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte terão tratamento diferenciado e preferencial, nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006, Lei Distrital 4.611/11 e Decreto n.º 35.592/14:

2.4.1 - Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

2.4.2 - As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

2.4.3 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

2.4.4 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

2.4.5 - Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

2.4.6 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

2.4.6.1 - Para efeito do disposto no art. 44 da LC 123/06, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II – não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do § 1º do art. 44 da LC 123/06, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no § 1º do art. 44 da LC 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§ 1º Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput deste artigo, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

§ 2º O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

2.4.7 - As empresas participantes deverão apresentar declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, estando aptas a usufruir do



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

tratamento favorecido estabelecido pela Lei Complementar N. 123/2006, em consonância com os novos tetos estabelecidos na Lei complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011.

2.4.8 - A Comissão poderá consultar o sítio oficial da Receita Federal, na Internet, para ratificar o preenchimento dos requisitos previstos no Art. 3º da Lei Complementar 123/2006, por meio de verificação do enquadramento da licitante no Simples Nacional.

2.5 - É vedada a participação de consórcios ou grupos de empresas.

2.6 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta licitação, nos termos do art.9 da Lei 8666/93:

2.6.1 - O autor do Projeto Básico e Executivo, pessoa física ou jurídica;

2.6.2 – Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente acionista ou detentor de mais de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

2.6.3 – Servidor, empregado ou dirigente da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e de membros da Comissão Permanente de Licitação.

2.6.4 - Para efeito do subitem 2.6, considera-se participação indireta, para fins do disposto no artigo 9º§§ 3º e 4º da Lei 8.666/93, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, os membros da Comissão de Licitação, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

2.6.5 - É vedada a participação de licitantes que sejam declaradas inidôneas para licitar e estejam suspensas de participar em licitação e impedidas de licitar ou contratar com a Administração Direta ou Indireta da União, Estado, Municípios e do Distrito Federal, enquanto perdurem seus efeitos (art. 6º, XI e XII c/c 87. III e IV, da Lei nº 8.666/93).

2.6.6 – Não poderão participar da presente licitação, empresas cujos diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, pertençam, ainda que parcialmente, a outra empresa licitante ou a empresa do mesmo grupo que esteja participando desta licitação. Caso constatada tal situação, ainda que *a posteriori*, as empresas licitantes serão desclassificadas, em face das sanções previstas no art. 90, da Lei 8.666/93.

2.6.7 – Não poderão participar empresas que se encontram sob falência, concordata, recuperação judicial extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, entidades empresariais estrangeiras que não tenham



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente.

2.6.8 – Não poderão participar desta licitação Pessoa Jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de: (Decreto Distrital n.º 37843/2016).

I - agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da administração pública distrital; ou

II - agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação.

2.6.8.1 - A vedação de que trata o caput se aplica aos contratos pertinentes a obras, serviços e aquisição de bens, inclusive de serviços terceirizados, às parcerias com organizações da sociedade civil e à celebração de instrumentos de ajuste congêneres.

2.6.8.2 – *A vedação estende-se às uniões homoafetivas. (Decreto nº 32.751/11, art. 3º, § 3º)*

2.7 - Para fins do disposto acima, considera-se:

I – Nepotismo: a nomeação de familiar para o exercício de cargo em comissão ou de confiança no âmbito do Poder Executivo;

II - familiar: cônjuge, companheiro (a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, inclusive;

III - autoridade administrativa: Governador e Vice-Governador.

Conforme estabelece o Decreto Distrital nº 32.751/2011, que trata da vedação do NEPOTISMO na esfera do Poder Executivo do Distrito Federal.

2.8 – Considerando o art. 97 da Lei n.º 8666/93, será realizada prévia pesquisa junto aos Portais na Internet de Governos (STC/GDF e CEIS/CGU) e no CNJ (condenações civis por atos de Improbidade Administrativa) para aferir se existe algum registro impeditivo ao direito de participar de licitações ou celebrar contratos com a Administração Pública.

3 - DA DOCUMENTAÇÃO

3.1 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

3.1.1 – Acervo Técnico

3.1.1.1 – Do(s) Responsável (eis) Técnico(s): - Atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) no CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por estes Conselhos, que comprove(m) ter o(s) profissional (is), executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, serviços em prédio público, comercial ou industrial, com características técnicas similares às do objeto da presente licitação, com as seguintes características:

CARACTERÍSTICAS DA OBRA
ALVENARIA de bloco de vedação
FUNDAÇÕES de estruturas em estaca tipo moldada “in-loco” diâmetro 30 cm ou superior
ARMADURA de aço para estruturas em geral, CA-50
CONCRETO estrutural dosado em central, fck 20 MPa ou superior

3.1.1.2 Da Empresa

3.1.1.2.1 - Atestado(s) de capacidade técnica-operacional devidamente registrado(s) no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão (ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por estes Conselhos, que comprove(m) que a licitante tenha executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, serviços em prédio público, comercial ou industrial, com os seguintes quantitativos mínimos:

CARACTERÍSTICA DA OBRA	Un	Quantitativo da obra	Quantidade mínima a ser exigida	Percentual
ALVENARIA de bloco de vedação	m ²	1.388,87	694,43	50%
FUNDAÇÕES de estruturas em estaca moldada “in-loco” diâmetro 30 cm ou superior	m	660,00	330,00	50%
ARMADURA de aço para estruturas em geral, CA-50	Kg	5.157,14	2578,57	50%
CONCRETO estrutural dosado em central, fck 20 MPa ou superior	m ³	181,20	90,60	50%

3.1.1.2.2. – A licitante poderá apresentar tantos atestados quantos julgar necessários para comprovar o quantitativo mímimo exigido para a qualificação técnico-operacional, desde que a prestação dos serviços tenha ocorrido de forma concomitante.



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

3.1.1.2.3 – Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser prestado em prazo inferior.

3.1.1.2.2.2 – Prova de inscrição da licitante e dos seus responsáveis técnicos, junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA competente da região a que estiver vinculada a licitante, que comprove atividade relacionada com o objeto, em plena validade.

3.1.1.2.2.2.1 – Caso a empresa vencedora possua Certidão de Registro de Pessoa Jurídica do CREA de outra Região, deverá providenciar junto ao CREA do Distrito Federal requerimento para visto em registro de pessoa jurídica, que será apresentado no ato da assinatura do contrato.

3.1.2 - DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA e INDICAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA (ANEXO II)

3.1.2.1 – Na forma da lei 8.666/93 o(s) profissional(is) que contribuiu (ram) para a classificação da Empresa e que conste(em) na capacitação técnica da empresa, deverão **OBRIGATORIAMENTE** fazer parte da equipe técnica indicada.

3.1.2.2 – O(s) Responsável(eis) Técnico(s) indicado(s) deverá(ao) fazer parte do quadro da empresa (funcionários, contratados nos termos da legislação civil ou sócios), comprovada essa condição por meio de cópia autenticada da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social para o empregado, contrato de prestação de serviços e do Contrato Social da Empresa ou Certidão de Pessoa Jurídica do CREA para o sócio ou proprietário.

3.1.2.2.1 - Não serão aceitos atestados ou certidões de profissionais de caráter autônomo, eventual ou temporário.

3.1.2.3 - É vedada a indicação de um mesmo engenheiro como responsável técnico por mais de uma empresa proponente, fato este que inabilitará todas as envolvidas.

3.1.3 - DECLARAÇÃO de vistoria ou declaração que a licitante possui pleno conhecimento das condições do local da obra, assumindo todas as responsabilidades, assinado por profissional de Engenharia Civil que conste da Declaração de Responsabilidade Técnica (Anexos XII e XIII);



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

3.2 - CAPACIDADE JURÍDICA

3.2.1 - Registro Comercial, no caso de empresa individual;

3.2.2 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

3.2.3 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; (Certidão de funcionamento da firma expedida pela Junta Comercial constando o nome dos diretores de conformidade com o contrato social ou a última alteração contratual).

3.2.4 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

3.3 - REGULARIDADE FISCAL

3.3.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), em plena validade;

3.3.2 - Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Distrito Federal ou, Estadual e Municipal, conforme a localização da sede ou domicílio do licitante e compatível com o seu ramo de atividade e o objeto da presente licitação;

3.3.3 - Prova de Regularidade para com a FAZENDA FEDERAL, do DISTRITO FEDERAL ou, ESTADUAL e MUNICIPAL, mediante apresentação de certidões negativas, ou positivas com efeitos de negativa, do domicílio ou sede do licitante.

3.3.3.1 - A prova de regularidade para com a FAZENDA FEDERAL será feita mediante apresentação, em plena validade, de Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeito de Negativa de Tributos Federais, emitidas pela SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL (Certidão de Tributos e Contribuições Federais Administrados pela Secretaria da Receita Federal) e pela PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (Certidão Quanto à Dívida Ativa da União) DO MINISTÉRIO DA FAZENDA.

3.3.3.2 - Para os licitantes domiciliados no Distrito Federal, a prova de regularidade para com a FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL será feita mediante apresentação, em plena validade, de Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeito de Negativa expedida pela SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DF.



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

3.3.3.3 - Para os licitantes domiciliados fora do Distrito Federal, será exigida a prova de regularidade para com as FAZENDAS ESTADUAL e MUNICIPAL além da regularidade para com a FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL mediante a apresentação, em plena validade, das respectivas Certidões Negativas ou Certidões Positivas com efeitos de Negativa.

3.3.4 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, através de CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS - CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal (CEF), em plena validade, conforme dispõe do Art. 7º da Lei n.º 8.036, de 11/05/1990;

3.3.5 - Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social, através de Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, em plena validade, emitida pela SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL.

3.3.6. Prova de Regularidade Trabalhista, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, obtidas por intermédio do sítio www.tst.jus.br/certidao, que comprove a inexistência de débito inadimplido perante a Justiça do Trabalho do licitante (Lei nº 12.440, de 07 de junho de 2011), sendo exigido para todos os licitantes, cadastrados ou não.

3.3.7. - As certidões extraídas pela INTERNET terão sua aceitação condicionada à verificação de sua autenticidade junto à previdência social (Dec. 3.265, de 29.11.99).

3.3.8. - Certidões expedidas por meio da Internet somente terão validade quando original, não serão aceitas cópias mesmo que autenticadas por cartório.

3.3.9. – Não serão autenticados documentos pela Comissão Permanente de Licitação na data prevista para a abertura do procedimento licitatório.

3.3.10 – Todas as empresas participantes, cadastradas ou não devem estar com toda documentação regular para efeito de habilitação na presente licitação.

3.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA

3.4.1 - BALANÇO PATRIMONIAL e demonstrações contábeis do último exercício social, devidamente registrados na Junta Comercial, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta. As empresas criadas no presente exercício deverão apresentar balancete especial de abertura.



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

3.4.1.1 - A boa situação financeira de que trata o item 3.4.1 será avaliada através da análise contábil, considerando-se os seguintes indicadores:

ILG - Índice de liquidez Geral \geq (1,00)

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

ILC - Índice de Liquidez Corrente \geq (1,00)

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Solvência Geral \geq (1,00)

$$\text{SG} = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

3.4.1.2 - As Empresas que atenderem às condições do item 3.4.1.1, serão consideradas com boa situação financeira, as empresas que não atenderem às referidas condições, deverão comprovar Patrimônio líquido ou Capital Social mínimo de 10% (dez por cento), do valor estimado na planilha orçamentária.

3.4.1.3 - A licitante deverá apresentar os cálculos constantes do item 3.4.1.1 em papel timbrado, assinado pelo seu representante legal e por um contador.

3.4.2 - CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA CONCORDATA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL / EXTRAJUDICIAL, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em plena validade.

3.4.3 - Comprovante de recolhimento da garantia de participação na presente licitação, junto à Tesouraria da Secretaria de Estado de Fazenda, correspondente a 1% do valor estimado da Planilha Orçamentária.

3.4.3.1 - O licitante poderá optar por uma das modalidades: caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo ocorrer a emissão sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; seguro-garantia; ou fiança bancária

3.4.4 - Para esta licitação o valor da garantia é de **R\$ 7.513,00 (sete mil e quinhentos e treze reais)**.

3.4.4.1 – O recolhimento da caução de participação deverá ser efetuado na tesouraria da Secretaria da Fazenda, anexo do Buriti, sala 1117. 11º andar no horário de funcionamento bancário e o comprovante deverá ser apresentado juntamente com a documentação de habilitação (envelope nº 01), no dia da realização do certame.

3.4.4.1.1 – A não inclusão do comprovante de recolhimento da garantia de participação, na forma do disposto no subitem 3.4.3.1, acarretará na inabilitação da licitante.

3.4.4.2 – Os licitantes antes de recolher a caução, comparecer na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação, localizada na SGAN 607 Projeção D – sala 309 – Ed. Sede II da SEDF, **até o dia 27/11/2017**, para retirada do Ofício de encaminhamento para recolhimento da garantia.

3.4.4.3 – A garantia da participação será devolvida depois de realizada a licitação, devendo a interessada encaminhar solicitação de devolução, acompanhada da 2ª via da Guia de Recolhimento, junto à tesouraria da Secretaria de Estado de Fazenda do DF.

3.4.4.4 – Os comprovantes de garantia de participação na presente licitação deverão ter prazo mínimo de 90 (noventa) dias.

3.5 - OUTROS DOCUMENTOS

3.5.1 - Declaração sob as penas da lei, de inexistência de fatos impeditivos, com o compromisso da empresa em declarar eventuais fatos supervenientes (ANEXO VI).

3.5.2 - Declaração de que trata da proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) ou de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, ressaltando que deverá ser apresentada por todos os licitantes e a não apresentação dessa declaração ensejará na inabilitação do licitante. (ANEXO VII)

3.5.3 - Fornecer as informações acerca da pessoa física que deverá firmar o contrato, conforme ANEXO IX, sob pena de retardamento na contratação.

3.5.4. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte, apresentar declaração de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 (ANEXO XI).

3.5.5. Declaração da licitante de que possui pleno conhecimento das condições do local da obra, assinado por profissional que conste na Declaração de Responsabilidade Técnica (ANEXO XII).

3.5.6. Declaração de Capacidade Técnica Operacional, a licitante deverá apresentar declaração de que possui capacidade técnica e operacional para a execução dos serviços objeto desta Tomada de Preços.

3.6 - Para se manifestar em qualquer fase do procedimento licitatório, inclusive interposição ou desistência de recursos, o participante deverá credenciar um representante, se assim o desejar, habilitado nas seguintes formas:

3.6.1 - Apresentação de procuração, com firma reconhecida ou carta dirigida à CPL, sendo esta acompanhada de cópia do ato de investidura do outorgante, no qual conste expressamente ter poderes para devida outorga, com apresentação da carteira de identidade do outorgado, em separado do envelope de documentação;

3.6.2 - No caso do titular, diretor ou sócio da empresa, apresentar documento que comprove sua capacidade de representar a mesma.

3.7 - A não apresentação ou incorreção do documento de credenciamento não inabilitará o licitante, mas impedirá o representante de se manifestar e responder pela mesma.

3.8 - A falta de qualquer dos documentos mencionados no presente Edital e Anexos, acarretará a inabilitação do licitante, ressalvado o documento previsto no subitem 3.6.

3.9 - Os documentos apresentados em papel de "fac-símile" (FAX), não serão considerados pela Comissão, ressalvadas as declarações da desistência à interposição de recursos.

3.10 - Os documentos ou publicações em órgão da imprensa oficial que contenham informação exigida no edital poderão ser apresentados no original ou em cópias autenticadas, por autoridade competente ou por membro desta Comissão Permanente de Licitação. Não haverá autenticação, pelos membros da Comissão, dos documentos relativos a esta licitação no dia da reunião para recebimento dos respectivos envelopes, devendo essa autenticação ser proferida em dia anterior à licitação.

3.11 - Quando não houver prazo estabelecido pelo órgão competente expedidor, o documento terá validade de 90 (noventa) dias contados da data de sua expedição.



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

4 - DA HABILITAÇÃO

4.1. - Os licitantes, na hora, dia e local fixados neste Edital, deverão entregar sua documentação e proposta em envelopes distintos numerados, Nº.01- DOCUMENTAÇÃO e Nº.02- PROPOSTA DE PREÇOS, fechados, contendo, obrigatoriamente, na parte externa e frontal, além da razão social do proponente, os seguintes dizeres: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – **TOMADA DE PREÇOS Nº.14/2017**-,SEE - CPL, DATA--/--/----, HORA--:--.

4.2. - É vedada, após o recebimento dos envelopes, a inclusão de informações ou documentos que deveriam constar originariamente nos mesmos.

4.3. - Após o Presidente da Comissão Permanente de Licitação declarar encerrado o prazo para recebimento dos envelopes, nenhum outro será aceito.

4.4. - Abertos os envelopes contendo a documentação, esta será conferida e rubricada pelos membros da Comissão e pelos licitantes ou por delegados designados para tal fim.

4.5. - Das reuniões para recebimento e abertura dos documentos de habilitação e abertura das propostas serão lavradas atas circunstanciadas e distintas, na qual serão consignadas todos os licitantes, os documentos e as propostas apresentadas, as reclamações e impugnações feitas, bem como as demais ocorrências que interessarem ao julgamento da licitação. As atas serão assinadas pela Comissão e por todos os licitantes presentes.

4.6. - Caso a Comissão Permanente de Licitação julgue necessário, poderá suspender a reunião a fim de que tenha melhores condições de analisar os documentos apresentados, marcando, posteriormente, nova data e horário em que será apresentado o resultado da habilitação, procedendo a publicação, na imprensa oficial.

4.7. - Ocorrendo interrupções, os envelopes contendo as propostas de preços serão lacrados e rubricados pelos membros e licitantes presentes, ficando sob a guarda da CPL.

4.8. - Concluída a fase de habilitação serão restituídos aos licitantes inabilitados, mediante recibo, os respectivos envelopes de proposta de preços.

4.9. - Desde que não exista qualquer impugnação ou recurso pendente de julgamento, bem como, se todos os licitantes participantes manifestarem desistência expressa de interpor recurso, intenção esta que deverá constar da ata a ser lavrada e assinada por todos os credenciados pelos licitantes, passar-se-á imediatamente à fase de julgamento da proposta de preços.



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

4.10 - Na hipótese de recurso, os envelopes contendo as propostas permanecerão em poder da Comissão Permanente de Licitação, fechados e devidamente rubricados pelos presentes, até a data marcada para abertura dos mesmos.

4.11 - Transcorrido o prazo recursal sem a respectiva interposição, ou ainda, após o julgamento de eventuais recursos interpostos a Comissão fará comunicação aos licitantes, indicando a hora, data e local designados para a realização da sessão onde se procederá a abertura dos envelopes n.º 02 - PROPOSTA DE PREÇOS.

4.12 - A ata da reunião será franqueada aos licitantes para os registros que julgarem necessários e assinatura.

4.13 - A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

4.14 - Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de até 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas, escoimadas das causas que determinaram a inabilitação ou a desclassificação.

4.15 - É vedada a desistência de propostas de preços após a fase de habilitação, salvo motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão nos termos do art. 40, VI c/c art. 43 § 6º da Lei 8.666/93.

4.16 – Será exigido do fornecedor conforme preconiza a Lei 4.770 de 22/02/2012:

4.16.1 – a recepção de bens, embalagens, recipientes ou equipamentos inservíveis e não reaproveitáveis pela administração pública;

4.16.2 – a comprovação de que adota práticas de desfazimento sustentável, reciclagem dos bens inservíveis e processos de reutilização.

5 - DA PROPOSTA

5.1. - A proposta de preços deverá ser elaborada atendendo as seguintes exigências:

5.1.1 - ser datilografada, em língua portuguesa sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datada, assinada na última folha e rubricada nas demais e ser entregue na hora, dia e local e número do lote que estiver participando, determinados no edital;

5.1.2 - conter o nome do proponente, endereço, suas características e identificação individual ou social e número do lote que estiver participando;



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

5.1.3 - conter o preço global por expresso em algarismos e por extenso, em moeda nacional (real), sendo que a terceira casa decimal, eventualmente constante da proposta, será desconsiderada na ocasião do julgamento;

5.1.4 - Abertas as propostas, os preços serão considerados inalteráveis e neles deverão estar incluídas todas as despesas com impostos, custos, taxas, fretes, despesas com canteiro de obras, material, equipamentos e ferramentas, mão-de-obra, benefícios e despesas indiretas (BDI) adotados, seguros, todos os tributos incidentes e demais encargos necessários para a entrega da obra e/ou serviços concluídos e de acordo com as especificações e projetos apresentados aos licitantes;

5.1.5 – A licitante deverá apresentar Planilha Orçamentária por ela elaborada (ANEXO III), detalhada, contendo os itens referentes aos serviços e obras que compõem o valor total proposto. Essa Planilha Orçamentária servirá de base para análise do valor total proposto e elaboração do Cronograma Físico-Financeiro;

5.1.6 – A licitante deverá apresentar Cronograma Físico-Financeiro (ANEXO IV) provisório com parcelas de pagamentos, com espaçamento de 30 (trinta) dias corridos e de conformidade com a proposta;

5.1.7 – Todos os licitantes deverão apresentar como parte integrante de sua proposta, as composições detalhadas de custos unitários de serviços, conforme modelo (ANEXO V), para todos os itens constantes na planilha, obedecendo às especificações estabelecidas para os serviços no projeto e/ou especificações, que demonstrem a viabilidade técnica e econômica do valor proposto, assim como demonstrativo dos encargos sociais de mão-de-obra aplicados nas composições de preços unitários da licitante e composição analítica do BDI (bonificações e despesas indiretas) segundo a fórmula:

A – Itens incidentes sobre o custo orçado: Despesas Indiretas	
a ₁ – Administração Central.....	0,60
a ₂ – Seguros.....	0,35
a ₃ – Garantias.....	0,24
a ₄ – Riscos.....	0,60
a ₅ – Despesas Financeiras.....	0,50
B – Itens incidentes sobre o faturamento: Tributos	
b ₁ – PIS/PASEP.....	0,65
b ₂ – COFINS.....	3,00
b ₃ – Imposto Sobre Serviços (ISS).....	2,00
b ₄ – Contribuição Previdenciária (CPRB).....	4,50
Total	10,15%
C – Lucro Final: Bonificação.....	8,00

Fórmula para cálculo da taxa do BDI:

$$BDI = \left[\left(\frac{(1 + AC + S + G + R) \times (1 + DF) \times (1 + L)}{(1 - I)} \right) - 1 \right] \times 100$$

a₁ = Taxa representativa do rateio da Administração Central - AC;
a₂ = Taxa representativa de Seguros - S;
a₃ = Taxa representativa do ônus das Garantias exigidas em Edital - G;
a₄ = Taxa correspondente aos riscos e imprevistos - R;
a₅ = Taxa representativa das despesas financeiras - DF;
B = Somatório das Taxas representativas dos Impostos (PIS/PASEP, COFINS, CPRB e ISS) - I;
C = Taxa representativa do Lucro Bruto desejado ou arbitrado - L;

$$BDI = \left[\left(\frac{(1 + 6\% + 0,35\% + 0,24\% + 0,60\%) \times (1 + 0,5\%) \times (1 + 8\%)}{(1 - 10,15\%)} \right) - 1 \right] \times 100$$
$$BDI = \left[\left(\frac{(1,0719) \times (1,005) \times (1,08)}{(0,8985)} \right) - 1 \right] \times 100 = \left[\left(\frac{1,1634}{0,8985} \right) - 1 \right] \times 100 = [1,2948 - 1] \times 100$$
$$BDI = 29,48\%$$

Obs.: A Contribuição Previdenciária (CPRB) teve a alíquota alterada de 2% para 4,5% a partir de 01/12/2015, conforme a Lei nº 13.161/2015.



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

5.1.7.1 – A não apresentação do demonstrativo dos encargos sociais, da composição do BDI, bem como do relatório das composições de preços unitários ou apresentação deste com a lista de insumos e coeficientes incoerentes com o serviço, acarretará a desclassificação da proposta da licitante.

5.1.8 - conter prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta), dias corridos, contado da data fixada no subitem 1.1 para sua entrega;

5.1.9 - prazo previsto para a execução da obra é de 60 (sessenta) dias corridos e o prazo de vigência do contrato deverá ser de 180 (cento e oitenta) dias corridos a partir da assinatura do contrato.

5.1.10 - Especificar o valor do ISS compreendido no preço, conforme estabelece o Art. 10 do Dec. 14.122, de 19/08/92.

5.2 - Serão desclassificadas as propostas que não satisfaçam as características básicas especificadas neste Edital.

5.2.1 - Quando se tratar de licitantes de outras cidades deverá ser informado o nome, endereço e telefone do representante nesta capital, se existir.

5.3 - O preço proposto será de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração do mesmo.

5.4 - Serão desclassificadas as propostas que apresentarem composição de preços unitários incompatíveis com o mercado.

5.5 – Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços baseados em cotações de outros licitantes, conforme previsto no art. 44, § 2º, da Lei nº 8.666/93

5.6 – Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação”, como previsto no inciso I do Artigo 48 da lei 8.666/93.

6 - DO JULGAMENTO

6.1 - Somente os licitantes habilitados passarão à fase de julgamento das propostas, que compreenderá a análise dos elementos contidos no envelope nº. 02 "PROPOSTA DE PREÇOS".

6.2 - Não serão admitidos quaisquer acréscimos, supressões, retificações ou desistências de propostas depois de apresentadas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.

6.3 - No julgamento das propostas, atendidas todas as condições estabelecidas neste edital e seus anexos, será adotado o critério de menor preço global. Sendo



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

que será considerada vencedora do certame a licitante que apresentar o menor preço global para execução da obra/serviço e atender a todas as exigências do Edital.

6.3.1 - A classificação entre os licitantes considerados qualificados se dará pela ordem crescente dos preços propostos.

6.3.2. Será vencedora do certame a licitante que apresentar o menor preço global para execução da obra/serviços e atender a todas as exigências do Edital.

6.4 - Será desclassificada a proposta que apresentar preço global superior a **R\$ 751.308,78 (setecentos e cinquenta e um mil, trezentos e oito reais e setenta e oito centavos)**. O referido valor refere-se ao preço estabelecido em planilha orçamentária elaborada pela Gerência de Orçamento de Obras/COINF.

6.4.1 - Será desclassificada a proposta com preços manifestamente inexequíveis.

6.4.2 - Consideram-se manifestamente inexequíveis, no caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) menor dos seguintes valores:

6.4.2.1 - média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, ou

6.4.2.2 - valor orçado pela administração.

6.4.2.3 – Dos licitantes classificados na forma do item 6.4.2 cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem os itens 6.4.2.1 e 6.4.2.2, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades prevista no § 1º do art. 56 da Lei 8666/93, igual a diferença entre o valor resultante do item 6.4.2 e o valor da correspondente proposta.

6.4.2.4 – Será facultada ao licitante, a possibilidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta de preços, nos termos do disposto no art. 48, Inciso II da lei 8.666/93.

6.5 – Será desclassificada a proposta que apresentar preço unitário superior a 10% (dez por cento) dos preços unitários constantes da Planilha Orçamentária da Secretaria de Estado de Educação ou com preços manifestamente inexequíveis.

6.6 - Ocorrendo empate de preços será esse dirimido, exclusivamente, por meio de sorteio a ser realizado em ato público, do qual todos os licitantes serão intimados, devendo ser observado o disposto no art. 45, § 2º da Lei nº 8.666/93.



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

6.7 - As propostas cujas planilhas orçamentárias apresentarem erros de cálculos serão corrigidas pela Coordenação de Engenharia e Arquitetura, na forma seguinte:

6.7.1 - No caso de discordância entre o preço unitário e o total resultante de cada item, prevalecerá o primeiro e, ocorrendo divergência entre o valor expresso em algarismos e por extenso, prevalecerá o último, fazendo-se as correções correspondentes.

6.8 - Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

6.8.1 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

6.8.2 - Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar n.º 123/06, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

*I – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame no **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado desde que sua proposta atenda a todas as exigências do edital, ressaltando que a licitante que usufruir deste benefício, deverá informar no ato da reunião de abertura dos envelopes das propostas, quanto ao interesse em apresentar a proposta de desempate;*

II – não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do § 1º do art. 44 desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no § 1º do art. 44 desta Lei Complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§ 1º Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput deste artigo, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

§ 2º O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.9 - Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes, nem se admitirá proposta que apresente preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero.

6.10 - Concluído o julgamento das propostas, transcorrido o prazo recursal e decididos os recursos eventualmente interpostos, será o processo submetido à Subsecretaria de Administração Geral



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

7 - DOS RECURSOS

7.1 - Dos atos da Administração decorrentes da aplicação da Lei nº 8.666/93 cabem:

7.1.1 - RECURSO, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato que ocorrerá em Publicação no DODF ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação do licitante;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da licitação;
- d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei;
- f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;

7.1.2 - REPRESENTAÇÃO, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico;

7.1.3 - PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO, de decisão de Ministro de Estado, ou Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, na hipótese do § 4º do art. 87 desta Lei, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

7.2 A intimação dos atos referidos no item 7.1.1, alíneas "a", "b", "c" e "e", será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo para os casos previstos nas alíneas "a" e "b", se presentes os prepostos dos licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

7.3 - O recurso previsto nas alíneas "a" e "b" do inciso 7.1.1 terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

7.4 - A interposição de recursos após a fase de habilitação, observados os tipos de licitação, ficarão adstritos ao âmbito da controvérsia.

7.5 - Será publicado no Diário Oficial o resultado da habilitação e julgamento das propostas quando todos os prepostos dos licitantes não estiverem presentes no ato em que for adotada a decisão, serão, também, publicados no mesmo órgão de imprensa os atos de Administração de que resultem a anulação ou revogação desta licitação.



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

7.6 - O recurso deverá ser:

7.6.1 - Datilografado e devidamente fundamentado e assinado;

7.6.2 - Endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação e protocolado na GTP/SE/DF;

7.6.3 - Interposto pelo representante legal, devidamente credenciado, por meio da apresentação do instrumento de procuração ou documentação equivalente.

7.7 - A interposição de recurso será comunicada aos demais licitantes que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, poderão impugná-la, facultando vistas ao processo.

7.8 - É defeso a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo, mediante a utilização de meios meramente protelatórios, sujeitando-se seu autor às sanções legais e administrativas aplicáveis.

7.9 - Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666/93, devendo protocolizar o pedido na GTP/SE até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder a impugnação em até 03 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no parágrafo primeiro do artigo 113 da mesma lei. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

7.10- Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, nos termos do artigo 41 parágrafo 2º da Lei 8.666/93. Nessa hipótese a comunicação a respeito das falhas ou irregularidades que viciaram esse edital não terá o efeito de recurso.

7.11 - O recurso somente será conhecido se interposto dentro do prazo.

7.12 - Na contagem dos prazos recursais excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento do prazo. Se este recair em dia sem expediente na SEE/DF, o término ocorrerá no primeiro dia útil subsequente.

7.13 - Na hipótese do item 7.1.1, o recurso será dirigido à Subsecretaria de Administração Geral, por intermédio do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, o qual poderá reconsiderar a sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo fazê-lo subir, devidamente informado. Neste caso, a decisão será proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

7.14 – Na fluência dos prazos para interposição de recurso, representação ou impugnações, o processo ficará na Comissão Permanente de Licitação, localizada



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

na no SGAN 607, Projeção “D”, sala 309, onde as licitantes poderão ter vista dos autos.

7.15 – Somente poderão recorrer, impugnar recurso ou edital e interpor recurso ou requerer certidões o representante legal, mandatário constituído ou pessoa expressamente credenciada pela licitante. Ressaltando que quando o impugnante for cidadão comum, não precisará ser mandatário constituído ou pessoa credenciada por licitante.

7.16 – Os recursos, impugnações ou representações não serão conhecidos quando: apresentados fora do prazo; entregues em local diverso do indicado; bem como quando não conter: nome e endereço da licitante, data e assinatura, menção do cargo e nome do signatário; a indicação objeto da petição; a descrição clara dos atos e documentos questionados; a fundamentação do pedido; instrumento público ou particular de procuração ou contrato social, que credencie o peticionário.

8 - DO CONTRATO

8.1 - O contrato será regido pela Lei 8.666/93, sofrendo aplicação supletiva do Código Civil Brasileiro e da Teoria Geral dos Contratos, sendo obrigatória a instrumentalização do pacto de vontades nos termos do modelo constante do ANEXO VII do presente edital, quando, então, o adjudicatário será convocado para assinar o respectivo instrumento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, podendo este prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em Lei e neste edital.

8.2 - A garantia do contrato corresponderá a 5% (cinco por cento) do seu valor, prestada integralmente na assinatura do respectivo instrumento, junto ao Setor de Contratos da Secretaria de Estado de Educação, e, à escolha do contratado, mediante caução em dinheiro ou títulos de dívida pública, seguro garantia ou fiança bancária, cujo valor será atualizado nas condições contratualmente previstas, na forma do art 56 da lei 8.666/93.

Art. 56. A critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.

§ 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; (Redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004)

II - seguro-garantia; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

III - fiança bancária. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 8.6.94)

§ 4º A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

8.3 - A garantia a que se refere o item anterior deverá ser efetivamente prestada no prazo de até 05 (cinco) dias corridos da convocação do licitante, sob pena de ser declarada a inexecução total da obrigação assumida, com a aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

8.4 - Farão parte integrante do Contrato, todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor que tenham servido de base para julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste edital, independente de transcrição.

8.5 - Caberá à contratante providenciar a publicação resumida do instrumento de contrato e de seus eventuais termos aditivos, no Diário Oficial do DF, nos termos do parágrafo único do artigo nº 61 da Lei 8666/93.

8.6 - A Contratação poderá ter seus prazos de execução ou conclusão prorrogados, na ocorrência de qualquer dos motivos dispostos no parágrafo primeiro do artigo 57 da Lei 8666/93, desde que justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente (§2º, art.57, Lei 8.666/93).

8.7 - A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a obra executada em desacordo com o estabelecido no contrato ou em ordens de serviço.

8.8 - Será designado um executor para o Contrato para em nome da Contratante coordenar a execução dos serviços ora licitados junto à Contratada, ao qual serão incumbidas as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil vigentes.

8.9 - É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

8.10 – prazo previsto para a execução da obra é de 60 (sessenta) dias corridos e o prazo de vigência do contrato deverá ser de 180 (cento e oitenta) dias corridos a partir da assinatura do contrato.

8.11 - O prazo para início das obras e serviços será de até 05 (cinco) dias corridos contado da data de recebimento da respectiva ordem de serviço.

8.12 - As obras serão recebidas provisoriamente mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes no prazo de 15 (quinze) dias da comunicação escrita da contratada. Quando do recebimento provisório, obrigatoriamente deverá estar concluída a execução do objeto contratual.



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

8.13 - As obras/serviços serão recebidos definitivamente pela Contratada mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de 90 (noventa) dias do recebimento provisório, suficientes para a vistoria que comprove a adequação das obras aos termos do contrato.

9 - REAJUSTE

9.1 - Não incidirá reajuste dos valores do contrato, salvo se o prazo do negócio jurídico extrapolar 01 (um) ano por fato não imputável à contratada.

9.2. - A variação de preços para efeito de reajuste anual será medida pelo índice INCC (Índice Nacional da Construção Civil - FGV) apurado durante o período ou aquele que vier a substituí-lo.

9.3. - O critério de reajuste, deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, que reflitam a variação dos insumos utilizados, a partir da data limite para apresentação das propostas, conforme art. 3º, § 1º, da Lei nº 10.192/2001.

9.4. - Quando o período de 01 (um) ano for ultrapassado por desídia da contratada, esta não terá direito a reajustamento, nem tampouco realinhamento de preços, e ainda, quando a justificativa apresentada não for aceita pela Administração, tal fato ensejará a rescisão unilateral do contrato por inadimplemento contratual.

10 - DA ALTERAÇÃO

10.1- O presente contrato poderá ser alterado, nos seguintes casos, previstos no artigo 65 da Lei 8.666/93:

10.1.1- Unilateralmente pela Administração:

10.1.1.1 - Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

10.1.1.2 - Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por Lei;

10.1.2- Por acordo das partes:

10.1.2.1 - Quando conveniente a substituição da garantia de execução;

10.1.2.2 - Quando necessária a modificação do regime de execução;

10.1.2.3 - Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de execução da obra ou serviço;

10.1.2.4 - Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra ou serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual.

10.2 - A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras ou serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

10.3 - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior, salvo as supressões resultantes de acordo entre as partes.

10.4- No caso de supressão de obra ou serviço, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

10.5- Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração restabelecerá por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

10.6- A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto neste instrumento contratual, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do contrato e serão registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

11 - DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

11.1 - Os prazos de início de etapas de execução e de conclusão admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

11.1.1 - Alteração do projeto ou especificação, pela Administração;



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

11.1.2 - Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

11.1.3 - Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

11.1.4 - Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei 8.666/93;

11.1.5 - Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

11.1.6 - Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

11.2 - A prorrogação de que trata este item, deverá ser solicitada com a devida justificativa, até 20 (vinte) dias antes do término do prazo pactuado, cabendo ao titular da unidade promotora da licitação autorizá-la, através de ato motivado, até o 5º (quinto) dia útil antes de expirar o prazo a ser prorrogado, observado o disposto no item 14 desta Tomada de Preços.

12 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

12.1- Pela ocorrência de algum dos motivos abaixo elencados, poderá o contratante rescindir unilateralmente o presente instrumento contratual, mediante notificação entregue diretamente a contratada ou por via postal em Aviso de Recebimento (AR).

12.1.1 - Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

12.1.2 - Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

12.1.3 - Lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra ou serviço, nos prazos estipulados;

12.1.4 - Atraso injustificado no início da obra ou serviço;

12.1.5 - Paralisação da obra ou serviço sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

12.1.6 - Subcontratação total do seu objeto, associação da contratada com outrem, cessão ou transferência total ou parciais, bem como fusão, cisão ou



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

incorporação, que afetem a boa execução deste Contrato e subcontratação parcial em desacordo com a prevista no Edital (item 13.12).

12.1.7 - Desatendimento das determinações regulamentares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;

12.1.8 - Cometimento reiterado de falhas na sua execução anotadas na forma do Parágrafo 1º do Artigo 67 da Lei 8.666/93, republicada no DOU em 06.07.94;

12.1.9 - Decretação de falência ou instauração de insolvência civil.

12.1.10 - Dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

12.1.11 - Alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, que prejudique a execução deste contrato;

12.1.12 - Razões de interesse Público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela alta esfera administrativa a que está subordinada a contratante e exaradas no processo administrativo que se refere o contrato;

12.1.13 - Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste contrato;

12.1.14 – Constitui uma das causas para rescisão contratual o descumprimento do disposto no Inciso V do art. 27, da Lei 8.666/93, sem prejuízos das sanções penais cabíveis.

12.2 - De conformidade com o Artigo 79, da Lei 8.666/93, republicada no DOU em 06/07/94, este contrato poderá ser rescindido:

12.2.1 - Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

12.2.2 - Judicialmente, nos termos da legislação;

12.3 - A rescisão Administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

12.4 - Quando a rescisão ocorrer com base no inciso XII a XVII do Artigo 78 da Lei 8.666/93 sem que haja culpa da contratada, será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

12.4.1 - Devolução da garantia;

12.4.2 - Pagamento devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão;



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

12.4.3 - Pagamento do custo da desmobilização.

12.5 - Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo;

12.6 - Em conformidade com o Artigo 80, da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores, a rescisão de que trata o Inciso I do Artigo 79, (item 12.1) acarreta as seguintes conseqüências, sem prejuízos das sanções previstas na citada Lei:

12.6.1 - Assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

12.6.2 - Ocupação e utilização do local, instalação, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do Contrato, necessário à sua continuidade, na forma do Inciso V do Artigo 58 da Lei 8.666/93, republicada no DOU em 06/07/94;

12.6.3 - Execução da garantia contratual, para ressarcimento à Administração e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;

12.6.4 - Retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

12.7 - A aplicação das medidas previstas nos subitens 12.6.1 e 12.6.2 do item 12.6, fica a critério da Administração que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

12.8 - Na hipótese do subitem 12.6.2 do item 12.6, o ato deverá ser precedido de autorização expressa da Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal.

12.9 - Do ato que rescindir o contrato por algum dos motivos a que se refere o Inciso I do Art. 79 da Lei n.º 8.666/93, caberá recurso, sem efeito suspensivo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, nos termos do Artigo 109, da Lei referida.

12.10 - A eventual rescisão da contratação processar-se-á nos termos previstos pelos arts. 78 a 80 da Lei 8.666/93, sempre de forma motivada, segundo o que prevê o parágrafo único do art. 78 do aludido diploma legal, cabendo recurso administrativo, devendo ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação, nos termos do art 87 da Lei 8.666/93.



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

13 - DA FISCALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DA OBRA

13.1 - A Gerência de Fiscalização e Acompanhamento de Obras – GFAO exercerá a fiscalização da obra ou serviço por meio de técnico designado.

13.2 – A fiscalização será embasada nos projetos, especificações e nas regras de boas técnicas.

13.2.1 A Contratada facilitará à GFAO a fiscalização de todos os atos ou serviços inclusive livre acesso aos locais das obras.

13.3 - Cabe à fiscalização:

13.3.1 - Acompanhar a execução de todos os serviços.

13.3.2 - Examinar todos os materiais recebidos na obra ou serviço antes de sua aplicação, decidindo sobre sua aceitação ou não.

13.3.3 - Solicitar diário de obras, devidamente preenchido;

13.3.4 - Solicitar a retirada imediata da obra, do engenheiro, mestre ou qualquer outro operário que não corresponda técnica ou disciplinarmente às exigências. A efetivação dessa medida, não implicará em modificação do prazo ou condições deste Instrumento de Contrato.

13.3.5 - Exigir o cumprimento de todos os itens das especificações.

13.3.6 - Verificar e informar se o custo e o andamento da obra ou serviço se desenvolvem de acordo com a Ordem de Serviço, o Cronograma Físico-Financeiro, os termos desta Tomada de Preços e, quando for o caso, do reajustamento previsto.

13.3.7 - Solicitar ao chefe imediato, sempre que necessário, parecer de especialista, relativo ao objeto do Contrato.

13.3.8 - Atestar a conclusão das etapas ajustadas mediante a emissão do Atestado de Execução correspondente, nos termos das normas em vigor.

13.3.9 - Entregar o Diário de Obra e demais documentos pertinentes a obra à chefia imediata, no prazo de até 05 (cinco) dias após a sua conclusão.

13.4 - A presença da fiscalização não diminuirá a responsabilidade da contratada.

13.5 - Todas as Ordens de Serviços ou quaisquer comunicações da fiscalização à contratada ou vice-versa serão transmitidas por escrito, devidamente numeradas em duas vias, uma das quais ficará em poder da contratada e outra com a Coordenação de Engenharia e Arquitetura e transcritas, obrigatoriamente, no Diário de Obras.



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

13.6 - Cabe à contratada:

13.6.1 - Indicar para a direção da obra ou serviço um profissional diplomado, legalmente habilitado, que credenciará auxiliares de comprovada competência.

13.6.2 - Dispor de pessoal especializado para a obtenção do acabamento desejado nos serviços, bem como para perfeita vigilância nos locais de execução dos serviços até a entrega final.

13.6.3 - Providenciar todas as instalações preliminares constando de limpeza de terreno fornecimento de água, transporte e local de depósito do material, movimento de terra, inclusive remoção e recolocação de redes, canalizações e árvores que eventualmente venham a ser encontradas no local da obra ou serviço, bem como a construção de muros de arrimo, que sejam necessários para execução da obra.

13.6.4 - A contratada estará obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, conforme previsto no art. 69 do Estatuto de Licitações Públicas.

13.7 - Além das técnicas estatuídas por lei, a contratada se responsabilizará por:

13.7.1 - falta de perfeição ou resistência nos trabalhos realizados.

13.7.2 - demolição e reconstrução dos trabalhos rejeitados pela fiscalização, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços prestados.

13.7.3 - danos causados direta ou indiretamente à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - ou a terceiros, decorrentes da execução das obras ou serviços;

13.7.4 - infração ou multas ocorridas pela inobservância de qualquer regulamento ou legislação vigente referentes aos serviços executados.

13.8 - Cabe a contratada providenciar todo pessoal operário e cumprimento das prescrições referentes às Leis Trabalhistas e Previdência Social, correndo por conta exclusiva da mesma todas as despesas correspondentes.

13.9 - A contratada responderá, ainda, por todos os acidentes de trabalho, ocorridos durante o período de duração da obra ou serviço.

13.10 - Será de inteira responsabilidade da contratada o pagamento das taxas de água e luz, relativas ao período de execução da obra ou serviço, conforme o que se segue:



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

13.10.1 - CONSTRUÇÃO NOVA - a contratada solicitará à CEB e CAESB as ligações provisórias, ficando responsável pelos pagamentos das respectivas taxas até que a obra seja entregue provisoriamente, quando então será feita a transferência das contas para a SEE-DF

13.10.2 - REFORMA GERAL, com a desocupação total da unidade de ensino. A contratada deverá providenciar o pagamento mensal das contas de água e energia elétrica através de guia de recolhimento a ser fornecida pela Gerência de Manutenção dos Serviços Públicos/GMASP, a partir da data da expedição da Ordem de Serviço, até a data de seu recebimento provisório.

13.11 - A contratada deverá providenciar, às próprias custas, a execução de toda a sinalização, de acordo com as normas do DETRAN/DF, ficando responsável por qualquer acidente que porventura ocorra na falta ou deficiência de sinalização referente à obra/serviço.

13.12 - A Contratada não poderá subempreitar o total das obras/serviços a ela adjudicados, salvo quanto aos itens que, por sua especialização, requeiram o emprego de firmas ou profissionais especialmente habilitados e, neste caso mediante prévia autorização da Coordenação de Engenharia e Arquitetura.

13.12.1 - A subcontratação somente é possível no limite de 30%, e desde que trate de partes da obra e referentes a certos serviços técnicos realizados por empresas especializadas, sob a responsabilidade integral do contratado.

13.12.2 - A responsabilidade sobre os serviços retromencionados não será transferida, perante a SEE-DF, aos subcontratados, devendo exclusiva e diretamente a Contratada responder pela fiel observância das obrigações contratuais.

14 - DO RECEBIMENTO DA OBRA OU SERVIÇO

14.1 - O Recebimento da Obra ou Serviço dar-se-á da seguinte forma:

14.1.1 - Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da contratada devidamente protocolada na Gerência de Trâmite Processual/GTP, e mediante a entrega dos seguintes documentos à Coordenação de Engenharia e Arquitetura;

14.1.1.1 - Um jogo de cópias dos projetos de arquitetura (contendo todas as modificações havidas no projeto executivo) devidamente registrado no CREA, aprovado pelos órgãos competentes, com as respectivas modificações, caso tenha havido;



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

14.1.1.2 - Originais de todos os projetos complementares solicitados nas especificações técnicas;

14.1.2 - Definitivamente, por comissão designada pela Coordenação de Engenharia e Arquitetura, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes no prazo de até 90 (noventa) dias do recebimento provisório, observado o disposto no Art. 69 da Lei nº 8.666/93, republicada no DOU em 06/07/94.

14.2 - A Garantia Contratual somente será liberada após o recebimento definitivo da obra ou serviço.

14.3 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, dentro dos limites estabelecidos pela lei e pelo presente instrumento contratual.

14.4 – O recebimento definitivo, não exclui a responsabilidade da contratada quanto a apresentação da documentação a que se referem os artigos 51, 56 e 158 da Lei nº 2.105/98, em conformidade com a natureza da obra.

14.5 – O recebimento definitivo de obras e serviços de engenharia está condicionado à comprovação, pelo contratado, do recolhimento das contribuições trabalhistas e previdenciárias devidas.

15 - DAS PENALIDADES

15.1 – Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições da presente Licitação, serão aplicadas as penalidades estabelecidas no Decreto 26.851/2006, e suas alterações posteriores, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº. 103 de 31 de maio de 2005, pág. 05 a 07, que regulamentou a aplicação das sanções administrativas previstas nas Leis Federais Lei n.º 8.666/93 e alterações introduzidas pelos Decretos nº 26.993/2006 e 27.069/2006, ressaltando que no caso de aplicação de multas deverão primeiramente ser descontadas da garantia do respectivo contratado, conforme disposto § 2º do Art. 86 da Lei de Licitações e Contratos.

15.2 - A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas previstas neste edital e dos contratos dele decorrente, em face do disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88 da Lei 8.666/93, serão obedecidos no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das Empresas Públicas do Distrito Federal, às normas estabelecidas no referido Decreto Distrital contido no ANEXO XIV deste edital.



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

16 - DO PAGAMENTO

16.1 - O pagamento será de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro, a ser aprovado pela Coordenação de Engenharia e Arquitetura, devendo somente ser efetuado em moeda nacional (real), após a aferição de cada etapa da obra e/ou serviço, objeto da presente licitação, e o recolhimento pela Contratada de qualquer multa que lhe tenha sido imposta em decorrência de atraso na execução do contrato ou inexecução contratual.

16.1.1 – Cronograma de desembolso máximo por período, em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

16.1.2 – Compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos.

16.2 - O pagamento será de acordo com o cronograma físico-financeiro, proposto pela contratada e aprovado pela Coordenação de Engenharia e Arquitetura, devendo somente ser efetuado em moeda nacional (Real), após a realização dos serviços, objeto deste Projeto Básico, mediante a apresentação de Nota Fiscal especificando os valores relativos ao ISS, IR e INSS, se for o caso, e liquidada a despesa até 30 (trinta) dias da apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pelo executor do contrato, obedecendo as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, vigentes, mediante crédito em conta, em nome da firma vencedora, junto ao Banco de Brasília S.A.-BRB,, para licitantes domiciliados no Distrito Federal, nos termos do Decreto nº 32.767/2011 - DF.

16.3 - Na ocasião do pagamento a contratada deverá apresentar provas de regularidade relativas à :

16.3.1 – Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei nº 8.036/90);

16.3.2 – Certidão de regularidade para com a FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL;

16.3.3 – Prova de Regularidade com a Fazenda Federal por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/ Secretaria da Receita Federal do Brasil;

16.3.4 – Certidão de regularidade reativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, obtidas por intermédio do site www.tst.jus.br/certidao, que comprove a inexistência de débito inadimplido perante a Justiça do Trabalho do licitante (Lei nº 12.440, de 07 de junho de 2011), em plena validade, podendo ser aceita além da CND, em caso de impossibilidade de sua emissão, também



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Certidão Positiva com efeito de Negativa. Deverá apresentar também a comprovação de recolhimento dos encargos sociais, mês a mês, relativamente à folha de empregados.

16.4 - O pagamento da primeira nota fiscal/fatura ficará condicionada a apresentação da seguinte documentação:

16.4.1 – Licenciamento da obra de reforma ou serviço expedido pelo DLFO (Divisão de Licenciamento e Fiscalização de Obras) ou DRLFO (Divisão Regional de Licenciamento e Fiscalização de Obras); de acordo com o requerido no caso.

16.4.2 - matrícula da obra ou serviço no INSS;

16.4.3 - relação de empregados - RE;

16.4.4 - guias de recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e tributários;

16.4.5 - A.R.T. (Anotação do Responsável Técnico) - CREA/DF da obra ou serviço.

16.5 - A Contratada deverá emitir o documento de cobrança expresso em reais.

16.6 - A liberação da última fatura, somente será efetuada após o recebimento provisório da obra e/ou serviço e a apresentação da guia de quitação das taxas de energia elétrica e água, se for o caso, bem como as relativas aos encargos da Seguridade Social.

16.7 – Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento, de acordo com a variação do IPCA/IBGE *pró rata tempore die*, conforme Decreto-DF n.º 32.121/2016.

16.8 – As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), terão seus pagamentos feitos exclusivamente mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário, junto ao Banco de Brasília – BRB. Para as empresas de fora que não mantenham filiais ou representações no Distrito Federal, a liquidação das faturas se dará por meio de Ordem Bancária creditada em conta corrente indicada pela contratada.

16.8.1 Ficam excluídas do exposto no item 16.8:

16.8.1.1 - os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal;

16.8.1.2 - os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos;

16.8.1.3 - os pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais e/ ou representações no DF e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado.

16.9 - Na emissão de Previsão de Pagamento - PP e de Ordem Bancária - OB, quando o fornecedor ou contratado estiver em situação irregular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, a Justiça Trabalhista ou Fazenda Pública do Distrito Federal, o órgão central da administração financeira deve noticiar a situação ao gestor do contrato para as providências legais, antes de realizar o pagamento. (NR)

17 – LICENÇA AMBIENTAL

17.1 - Considerando o estabelecido na Resolução nº 237/1997 do CONAMA em seu Anexo I, que relaciona as atividades ou empreendimentos sujeitos a licença ambiental, verificamos que o tipo de obra objeto dos autos não consta do referido anexo.

17.2 - Considerando ainda que os itens 02.02.000 – demolição, subitem “b” e “c” do caderno de especificações,, atendem as normas para a gestão de resíduos da construção civil estabelecidas pelas Resoluções

18 - DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 - Fazem parte integrante desta Tomada de Preços, os seguintes Anexos:

- ANEXO I – Projeto Básico;
- ANEXO II – Declaração de Responsabilidade Técnica e Indicação da Equipe Técnica;
- ANEXO III – Planilha Orçamentária – disponibilizada em CD ROM;
- ANEXO VI – Cronograma Físico Financeiro Exemplificativo - disponibilizada em CD ROM;
- ANEXO V – Composição de Preços Unitários disponibilizada em CD ROM;
- ANEXO VI – Declaração de Pleno Conhecimento da Obra;
- ANEXO VII – Declaração de Vistoria;
- ANEXO VIII – Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos;
- ANEXO IX – Declaração de Menores;
- ANEXO X – Contrato;
- ANEXO XI – Registro entre as partes;
- ANEXO XII – Modelo de Proposta Econômica;



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- ANEXO XIII – Declaração de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- ANEXO XIV – Decreto n.º 26.851 de 30/05/2006.

18.1.1 - Projetos, desenhos, especificações e normas de execução;

18.1.2 - Modelos de formulários, declarações e planilhas (ANEXOS)

18.1.3 – Planilha de preços e demais projetos (disponibilizada em CD ROM).

18.2 - A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

18.3 - É facultada à Comissão Permanente de Licitação ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, bem como vistoriar as instalações das concorrentes, vedada a inclusão posterior de documentos.

18.4 - A Comissão Permanente de Licitação poderá sugerir a desclassificação de propostas por ato fundamentado, sem direito à indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, caso se comprove posteriormente fato existente à época do julgamento, que desabone a capacidade financeira, técnica ou a idoneidade do licitante adjudicado.

18.5 - A Comissão Permanente de Licitação poderá recorrer a setores técnicos internos e externos, a fim de obter parecer que possibilite melhor julgamento das propostas.

18.6 - Nenhuma indenização será devido aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

18.7 - A Comissão Permanente de Licitação, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais, observadas na documentação e propostas, passíveis de serem sanadas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas depois de encerrada a reunião de abertura desta licitação, desde que não contrariem a legislação vigente, não comprometam sua lisura e não venham em prejuízo dos demais licitantes.

18.8 - A participação nesta licitação implica a aceitação, plena e irrevogável, desta Tomada de Preços e seus Anexos.

18.9 - Todo e qualquer pedido de alteração no caderno de especificação oriundo desta licitação, será dirigido à Coordenação de Engenharia e Arquitetura -DF, protocolado e fundamentado, cabendo à mesma a análise do mérito e



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

encaminhamento à Subsecretaria de Administração Geral/SUAG-SEEDF para o deferimento ou não do pedido.

18.10 - O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

18.11 - Os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto desta Tomada de Preços correrão por conta da contratada e deverão ser apresentados, quando solicitados, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

18.12 - Qualquer dúvida relativa a esta Tomada de Preços, às especificações e projetos será dirimida durante o horário normal de expediente, pela Coordenação de Engenharia e Arquitetura, na sala 224 segundo andar, no SGAN 607 PROJEÇÃO "D", Fone: 3901-2362.

18.13 - Todos os materiais de demolições que forem retirados da obra ou serviço, depois de conferidos pela fiscalização, deverão ser entregues no depósito da SE-DF, no Setor de Indústria e Abastecimento-SIA, ou na Diretoria Regional de Ensino, de acordo com a fiscalização.

18.14 - Será de responsabilidade da contratada as placas de identificação da obra.

18.15 - Na hipótese de não haver expediente na data marcada para a abertura da presente Tomada de Preços, serão recebidos, simultaneamente, os envelopes contendo a documentação de habilitação e proposta de preços no primeiro dia útil subsequente.

18.16 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

18.17 – Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente na SEE-DF.

18.18 – Havendo irregularidade neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

18.19 – Fica expressamente proibido o uso de mão de obra infantil, obedecendo o disposto na Lei Distrital nº 5.061/2013.

18.20 - Para dirimir quaisquer questões oriundas deste instrumento fica eleito o foro da cidade de Brasília/DF, com exclusão de qualquer outro.

18.21 – As etapas e o resultado final do certame licitatório serão publicados no site da Secretaria de Estado de Educação e na imprensa oficial.

18.22 – Integram o presente Edital os seguintes documentos: ANEXO I – Projeto Básico; ANEXO II – Declaração de Responsabilidade Técnica e Indicação da Equipe



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Técnica; ANEXO III – Planilha Orçamentária; ANEXO VI – Cronograma Físico Financeiro Exemplificativo; ANEXO V – Composição de Preços Unitários; ANEXO VI – Declaração de Pleno Conhecimento da Obra; ANEXO VII – Declaração de Vistoria; ANEXO VIII – Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos; ANEXO IX – Declaração de Menores; ANEXO X – Contrato; ANEXO XI – Registro entre as partes; ANEXO XII – Modelo de Proposta Econômica; ANEXO XIII – Declaração de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte; ANEXO XIV – Decreto n.º 26.851 de 30/05/2006.

Brasília – DF, 10 de outubro de 2017.

PAULO ALEXANDRE RODRIGUES
Comissão Permanente de Licitação
Presidente



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

ANEXO I

PROJETO BÁSICO

1. Origem:

O presente Projeto Básico, juntamente com o Caderno de Especificações, os Projetos de Arquitetura e Complementar, bem como a Planilha Estimativa nº 02/2017 compõem a documentação técnica que tem por objetivo a contratação da obra de demolição e reconstrução do muro existente no Centro Educacional 04 de Taguatinga, localizado na QNG 06, Área Especial 20 – Taguatinga/DF, nos aspectos básicos e administrativos que implicam no desencadeamento de um procedimento licitatório.

As contratações de obra ou serviço devem se ater ao art. 6 da Lei 8.666/93:

“Para os fins desta Lei, considera-se: (...) IX - Projeto Básico - conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução (...)”.

Também deverá ser contemplado o inciso X do referido artigo, que trata do Projeto Executivo como “o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT”.

2. Objeto:

Obra de demolição e reconstrução do muro existente no Centro Educacional 04 de Taguatinga, localizado na QNG 06, Área Especial 20 – Taguatinga/DF.

3. Justificativa:

Inicia-se os autos em exame com documentação da Coordenação Regional de Ensino de Taguatinga comunicando que parte do muro da unidade de ensino em referência foi sinistrado no dia 16 de março do ano em curso, em decorrência de forte temporal ocorrido naquela Região Administrativa, fls. 01/02.

Neste sentido, a escola e todo o seu patrimônio se encontra em situação de vulnerabilidade, ficando passível a atos de vandalismo e furto, trazendo, ainda, insegurança ao corpo docente e discente que estão expostos a possíveis atos de violência no interior daquele estabelecimento educacional.

Por fim, requer providências em caráter de urgência, visando uma solução no menor espaço de tempo, no sentido de restabelecer a segurança e a normalidades das atividades escolares.

A fim de verificar a real situação apresentada, foi realizada vistoria técnica e emitido Relatório de Vistoria, fls. 06/08, onde “... constatou-se que trechos do muro que fazem divisa com o lote da Administração Regional de Taguatinga, grande parte do muro voltado para a rua lateral próxima ao Posto de Saúde, e um pequeno trecho frontal caíram...”.

Constatou-se, ainda, que a estrutura dos trechos restantes do muro se apresenta totalmente comprometida, com ferragem exposta e nível de corrosão avançada, estribos rompidos e sem recobrimento, afetando, assim, a sua estabilidade, com risco eminente de desabar sobre alunos e transeuntes.



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Nas mesmas condições citadas acima, encontra-se o muro que contorna a quadra de esportes da escola, que devido a situação precária de estabilidade necessita ser reconstruído.

Cabe aqui destacar que a situação de instabilidade do muro foi constatada, também, pela Secretaria de Defesa Civil do DF, na forma exposta no Termo de Notificação nº 095/2017 acostado à fl. 04.

A Constituição Federal preceitua no artigo 206 que o ensino público deve ser ministrado com base no princípio da garantia de padrão de qualidade, devendo, portanto, o Estado garantir total segurança ao aluno, principalmente, sua integridade física.

A garantia de espaços adequados para a prática educacional ultrapassa o conceito de construção de escolas. Um conjunto de aspectos contribui sistematicamente para o desenvolvimento da aprendizagem, entre estes salientamos a necessidade de preservação do ambiente escolar, estabelecendo condições de segurança ao corpo docente e discente, bem como a conservação das instalações físicas das escolas e do Patrimônio da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

Do acima exposto, verifica-se que, incontestavelmente, há uma situação de emergência caracterizada pela necessidade de reconstrução total de 660 metros de muro a fim de garantir a integridade física do corpo docente e discente daquela instituição educacional.

Nesse sentido, o nosso pressuposto é o de que as circunstâncias explanadas nos autos, constituem justificativa para que a Administração decida pela contratação da obra objeto do presente processo por dispensa de licitação, com fulcro no inciso IV, art. 24 da Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes, in verbis:

“ Art. 24. É dispensável a licitação:

IV – nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento de situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;”

4. Meta Física:

Preservar o patrimônio imobiliário da Secretaria de Estado de Educação, garantir a segurança e salvaguardar a integridade física de alunos e funcionários.

5. Documentação Técnica:

As peças técnicas elaboradas pela SEDF são assinadas por técnicos da área de Engenharia e Arquitetura, devidamente registrados no CREA ou CAU, pertencentes ao quadro da Secretaria de Estado de Educação do DF e lotados na Coordenação de Infraestrutura.

- Equipe Técnica SEDF Responsável pela elaboração da documentação:
 - Autor do Caderno de Especificações e do Projeto de Arquitetura: Arquiteta Mônica Andrea Branco – Matrícula nº 45.649-7 – CAU – A90565-8-DF;
 - Autor do Projeto Complementar - Estrutura – EST e Planilha Estimativa nº 02/2017: Engenheiro Darlan Pastorini Pereira – Matrícula nº 219.791-X – CREA nº 12993/D-DF.

O presente Projeto Básico é composto pelo Caderno de Especificações dos serviços a serem executados, fls. 11/36, Projetos de Arquitetura e Complementar (ARQ 01/03



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

a 3/3 e EST 01/01), fls. 37/40, Planilha Estimativa nº 02/2017, fls.41/45, e Relatório de Serviços (Serviço-Composição), fls. 48/56.

6. Licença Ambiental:

Considerando o estabelecido na Resolução nº 237/1997 do CONAMA em seu Anexo I, que relaciona as atividades ou empreendimentos sujeitos a licença ambiental, verificamos que e o tipo de obra objeto dos autos não consta do referido anexo.

Considerando ainda que os itens 02.02.000 – demolição, subitem “b” e “c” do caderno de especificações, à fl. 28, atendem as normas para a gestão de resíduos da construção civil estabelecidas pelas Resoluções do CONAMA nº 237/1997 e 307/2002, e, nas quais pode ser enquadrada a obra.

7. Prazo de Execução e Vigência Contratual:

O prazo previsto para a execução da obra é de 60 (sessenta) dias corridos e o prazo de vigência do contrato deverá ser de 180 (cento e oitenta) dias corridos.

8. Penalidades:

a) Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente projeto básico, serão aplicadas as penalidades estabelecidas no Decreto 26.851/2006, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº. 103 de 31 de maio de 2005, pág. 05 a 07, que regulamentou a aplicação das sanções administrativas previstas nas Leis Federais Lei n.º 8.666/93 e alterações introduzidas pelos Decretos nº 26.993/2006 e 27.069/2006.

b) A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas previstas neste projeto básico e dos contratos dele decorrente, em face do disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88 da Lei 8.666/93, serão obedecidos no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das Empresas Públicas do Distrito Federal, às normas estabelecidas no supracitado Decreto Distrital.

9. Valor do Contrato:

O valor total estimado do contrato é de **R\$ 751.308,78** (setecentos e cinquenta e um mil, trezentos e oito reais e setenta e oito centavos).

10. Proposta:

a) Será desclassificada a proposta que apresentar preço global superior ao estabelecido na planilha orçamentária elaborada pela Diretoria de Obras ou com preços manifestamente inexequíveis

b) Todos os licitantes deverão apresentar, como parte integrante de sua proposta, composições analíticas de custos unitários de serviços, tipo simplificada, para todos os itens constantes na planilha, obedecendo às especificações estabelecidas para os serviços no projeto e/ou especificações, que demonstrem a viabilidade técnica e econômica do valor proposto, assim como demonstrativo dos encargos sociais de mão-de-obra aplicados nas composições de preços unitários da licitante e a composição do BDI (Bonificações e Despesas Indiretas) proposto;

c) A não apresentação do demonstrativo dos encargos sociais, da composição do BDI, bem como do relatório das composições de preços unitários ou a apresentação com omissões de itens em desacordo com a planilha orçamentária, acarretará a desclassificação da proposta.

d) Será desclassificada a proposta que apresentar preço unitário superior a 10% (dez por cento) dos preços unitários constantes da Planilha Orçamentária da Secretaria de Estado de Educação ou com preços manifestamente inexequíveis.



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

11. **Local de Execução:** Centro Educacional 04 de Taguatinga, situado na QNG 06 – Área Especial 20 - Taguatinga/DF.
12. **Responsável pelo projeto:** Diretoria de Arquitetura da Coordenação de Infraestrutura da Subsecretaria de Infraestrutura e Apoio Educacional da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
13. **Responsável pelo orçamento:** Gerência de Orçamento de Obras da Coordenação de Infraestrutura da Subsecretaria de Infraestrutura e Apoio Educacional da Secretaria de Estado de Educação do DF.
14. **Da Fiscalização e Supervisão dos Serviços:**
A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal designará 02 (dois) executores, sendo um titular e um suplente, que desempenharão as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, vigentes.
15. **Do Pagamento:**
O pagamento deverá ser efetuado em moeda nacional (Real), após a realização dos serviços, mediante a apresentação da nota fiscal especificando os valores relativos ao ISS, IR, INSS, se for o caso, e liquidada a despesa até 30 (trinta) dias da apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo executor do contrato, obedecendo as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal.
16. **Do Foro:**
Fica eleito o foro do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios para dirimir as dúvidas não solucionadas administrativamente oriundas do cumprimento das obrigações estabelecidas.



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

ANEXO II

(modelo)

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA
E
INDICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA**

AO
GDF-SEEDF
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

Ref.: TOMADA DE PREÇOS n.º: _____

Em conformidade com o estabelecido neste Edital, indicamos abaixo os técnicos que se comprometem a realizar as obras/serviços objeto desta Licitação. Declaramos que tal indicação está em consonância com a Resolução nº1.025 (30/10/2009) do CONFEA - Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, alterada pela Resolução 1.033(05/09/2011), e que os técnicos relacionados pertencem ao quadro de profissionais permanentes da empresa.

01 - TÍTULO DO PROFISSIONAL

NOME:

CREA:

ASSINATURA:

DATA DE REGISTRO:

02 - TÍTULO DO PROFISSIONAL

NOME:

CREA:

ASSINATURA:

DATA DE REGISTRO:



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

(carimbo e assinatura do representante legal da empresa)

ANEXO III

Planilha Orçamentária

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Disponibilizado em CD ROM



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

ANEXO IV

CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO

Disponibilizado em CD ROM



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

ANEXO V

COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS

Disponibilizado em CD ROM



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

ANEXO VI

(modelo)

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

Ref.: TP n.º: _____

_____ (nome da empresa), CNPJ-MF n.º _____, sediada _____ (endereço completo) declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, assim como que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Brasília, DF, de de 2017.

(Carimbo e assinatura)



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

ANEXO VII

(modelo)

DECLARAÇÃO DE MENORES

Ref.: TP n.º: _____

_____ (nome da empresa), CNPJ-MF n.º _____, sediada _____ (endereço completo) declara, sob as penas da lei, para os fins requeridos no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, consoante o disposto no artigo 1º, da Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não tem em seu quadro de empregados, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos.

Brasília, DF, de de 2017.

(Carimbo e assinatura)



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

ANEXO VIII

(modelo)

CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS PARA O DISTRITO FEDERAL Nº __ / __ - __ ,
nos termos do Padrão nº 09/2002.

Processo nº 080.004126/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Das Partes

O Distrito Federal, por meio de _____, representado por _____, na qualidade de _____, com delegação de competência prevista nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal e _____, doravante denominada Contratada, CGC nº _____, com sede em _____, representada por _____, na qualidade de _____.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Procedimento

O presente Contrato obedece aos termos do Edital de **Tomada de Preços nº 14/2017** (fls. _____), da Proposta de fls. _____ e da Lei nº 8.666 de 21/06/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - Do Objeto

- O objeto da presente licitação consiste na **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRA DE DEMOLIÇÃO E RECONSTRUÇÃO DO MURO EXISTENTE NO CENTRO EDUCACIONAL 04 DE TAGUATINGA, LOCALIZADO NA QNG 06, ÁREA ESPECIAL 20 – TAGUATINGA/DF** - Conforme especificações técnicas, detalhes construtivos, Projeto Básico, orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, minuta de contrato e especificações complementares e normas de execução elaborados pela Coordenação de Obras e demais anexos deste edital de **Tomada de Preços nº 14/2017** (fls. _____) e a Proposta de fls. _____, que passam a integrar o presente Termo.

CLÁUSULA QUARTA - Da Forma e Regime de Execução

O Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de _____, segundo o disposto nos arts. 6º e 10 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - Do Valor

O valor total do Contrato é de _____ (_____), devendo a importância de _____(_____) ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente - Lei Orçamentária nº _____, de _____, enquanto a parcela remanescente será custeada à conta de dotações a serem alocadas no(s) orçamento(s) seguinte(s).

CLÁUSULA SEXTA - Da Dotação Orçamentária

6.1 - A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I - Unidade Orçamentária:

II - Programas de Trabalho:

III - Natureza da Despesa:

IV - Fontes de Recursos:

6.2 - O empenho inicial é de _____ (_____), conforme Nota de Empenho nº _____, emitida em _____, sob o evento nº _____, na modalidade _____.



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CLÁUSULA SÉTIMA - Do Pagamento

O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcela (s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até ____ (____) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato.

Na ocasião do pagamento a contratada deverá apresentar provas de regularidade relativas à SEGURIDADE SOCIAL (CND), FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO (FGTS), para com a FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, prova de regularidade para com a FAZENDA FEDERAL será feita mediante apresentação, em plena validade, de Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeito de Negativa de Tributos Federais, emitidas pela SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL (Certidão de Tributos e Contribuições Federais Administrados pela Secretaria da Receita Federal) e pela PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (Certidão Quanto à Dívida Ativa da União) DO MINISTÉRIO DA FAZENDA e Prova de Regularidade Trabalhista, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, obtidas por intermédio do sítio www.tst.jus.br/certidao, que comprove a inexistência de débito inadimplido perante a Justiça do Trabalho do licitante (Lei nº 12.440, de 07 de junho de 2011), em plena validade, podendo ser aceita além da CND, em caso de impossibilidade de sua emissão, também Certidão Positiva com efeito de Negativa. Deverá apresentar também a comprovação de recolhimento dos encargos sociais, mês a mês, relativamente à folha de empregados.

CLÁUSULA OITAVA - Do Prazo de Vigência

8.1 - O prazo de vigência do contrato será de 60 (sessenta) dias corridos a partir da assinatura do contrato.

8.2 - O prazo de execução dos serviços será de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato.

8.3 - O prazo para início das obras e serviços será de até ____ dias corridos, contados da data de recebimento da respectiva Ordem de Serviço.

8.4 - As obras serão recebidas provisoriamente mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes no prazo de ____ dias úteis da comunicação escrita da Contratada. Quando do recebimento provisório, obrigatoriamente deverá estar concluída a execução do objeto contratual.

8.5 - As obras/serviços serão recebidos definitivamente pela _____ mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de ____ do recebimento provisório, suficientes para vistoria que comprove a adequação das obras aos termos do contrato.

8.6 - A Contratada ficará obrigada a conservação e remessa à contratante das tabelas de composição de custos unitários dos itens constantes das planilhas orçamentárias e de memória de cálculos quantitativos.

8.7 - Do Reajuste - Não incidirá reajuste dos valores do contrato, salvo se o prazo do negócio jurídico extrapolar 1 (um) ano por fato não imputável à contratada..

- A variação de preços para efeito de reajuste anual será medida pelo índice INCC (Índice Nacional da Construção Civil)-FGV apurado durante o período ou aquele que vier a substituí-lo.

- O critério de reajuste, deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, que reflitam a variação dos insumos utilizados, a partir da data limite para apresentação das propostas, conforme art. 3º, § 1º, da Lei nº 10.192/2001.



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

- Quando o período de 01 (um) ano for ultrapassado por desídia da contratada, esta não terá direito a reajustamento, nem tampouco realinhamento de preços, e ainda, quando a justificativa apresentada não for aceita pela Administração, tal fato ensejará a rescisão unilateral do contrato por inadimplemento contratual.

CLÁUSULA NONA - Das garantias

9.1 - A garantia para a execução da obra será de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, conforme previsão constante do Edital, devendo ser prestada, à escolha do contratado, mediante caução em dinheiro ou títulos de dívida pública, seguro garantia ou fiança bancária, cujo valor será atualizado nas condições contratualmente previstas, na forma do art. 56 da Lei 8.666/93.

9.2 - A Contratada garante, por cinco anos, a solidez e segurança do trabalho, compreendido, também, o material empregado.

CLÁUSULA DÉCIMA - Da responsabilidade do Distrito Federal

O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

Os deveres que cabem à contratante estão elencados no Caderno de Especificações que estabelece as diretrizes gerais para a execução da obra.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada

11.1 - A Contratada fica obrigada a apresentar, ao Distrito Federal:

I - até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato;

II - comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais.

11.2 - Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço.

11.3 - A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes.

11.4 - A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.5 - A contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

11.6 - No caso de inadimplência da contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis (art. 71, caput, e art.71, § 1º);

11.7 - Os empregados da contratada não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

11.8 - A Contratada não poderá subempreitar o total das obras/serviços a ela adjudicados, salvo quanto aos itens que, por sua especialização, requeiram o emprego de firmas ou profissionais especialmente habilitados e, nesse caso, mediante prévia autorização da Coordenação de Obras – CDOBRA.

11.9 - Fica expressamente proibido o uso de mão de obra infantil, obedecendo o disposto na Lei Distrital nº 5.061/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Da Alteração Contratual



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

12.1 - Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

12.2 - A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Das Penalidades

O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista no Edital, na forma do Decreto 26.851/2006 abaixo transcrito e alterado pelos Decretos nº 26.993/2006 e 27.069/2006 - DF, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Da Rescisão Amigável

O Contrato poderá ser rescindido, de comum acordo, devendo a rescisão ser reduzida a termo desde que haja conveniência para a Administração, bem como ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, nos termos do art. 79, II c/c § 1º da Lei 8.666/93. Ressaltando o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão motivada pelo art. 77. Da Lei nº 8.666/93, envolvendo a possibilidade de a Administração investir-se na posse de bens, alienar coisas, promover contratações para conclusão ou aperfeiçoamento de obras ou serviços, com intuito de evitar que a rescisão acarrete obstáculos à continuidade da atividade administrativa

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Da Rescisão

O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às conseqüências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Dos débitos para com a Fazenda Pública

Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Do Executor

O Distrito Federal, por meio de _____, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Da Publicação e do Registro

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, na Imprensa Oficial, bem como registro do Instrumento no Órgão Público interessado na contratação, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Havendo irregularidade neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - Do Foro

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

Brasília, ____ de _____ de 20__



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pelo Distrito Federal:
Pela Contratada:

ANEXO IX

(modelo)

PARTE I					
DENOMINAÇÃO: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL					
NATUREZA JURÍDICA: Entidade Integrante da Administração Direta do DF, Sec. Educação, Lei 4.545 de 10.12.64					
SEDE E FORO	ENDEREÇO	TELEFONE	FAX	CEP	CGC
Brasília-DF	SGAN 607, Projeção D (Unidade 2)	3901-2300	3901- 2299	70.850-080	00.394.676/0001- 07
REPRESENTANTE LEGAL		Ato ou Doc. que confere a Representatividade			
FUNÇÃO/CARGO		NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	
CPF			CARTEIRA DE IDENTIDADE		

PARTE II					
DENOMINAÇÃO:					
NATUREZA JURÍDICA:					
SEDE E FORO		CGC	ENDEREÇO		
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL			CARGO	NACIONALIDADE	
ESTADO CIVIL	PROFISSÃO		CART. DE IDENT.	CPF	
Documento que confere a Representatividade			RESIDÊNCIA		
TELEFONE		FAX		CEP	



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

ANEXO X

MODELO PROPOSTA ECONOMICA

TP nº : _____ (Nome da Região Administrativa)

1. Razão Social da Empresa :
2. CNPJ N °:
3. Inscrição Estadual:
4. Inscrição Municipal:
5. Endereço:
6. Telefone: Fax:
7. Prazo de Pagamento: Conforme Edital
8. Banco: Agência: Conta Correte
9. Represente da Empresa:
10. Cargo: RG: CPF:

Apresentamos nossa proposta para realização dos serviços, acatando todas as estipulações consignadas no ato convocatório, conforme abaixo:

Valor global: R\$ (valor por extenso)

No preço estão contidos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, manutenção de veículos e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento do objeto deste Contrato e seus Anexos.

Declaramos que tomamos conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações desta licitação e que atendemos todas as condições do Edital.

....., de de 20__

CARIMBO/CNPJ E ASSINATURA



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Ref.: Tomada de Preços nº _____ – SUAG-SEEDF

_____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) _____, portador (a) da Carteira de identidade nº _____, e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, e que estão aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 a 49 da referida Lei Complementar, e que não se enquadra nas situações relacionadas no §4º do art. 3º da citada Lei Complementar.

(local e data)

(representante legal)



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

ANEXO XII

(modelo)

TERMO DE CONHECIMENTO DA OBRA

AO
GDF-SEE-DF
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

Ref.: TP n.º: _____

Em conformidade com o estabelecido neste edital declaramos que a licitante possui pleno conhecimento das condições do local da obra, assumindo todas as responsabilidades quanto as condições e características dos mesmos e tudo o mais necessário à execução total dos serviços.

Brasília, DF, de de 2017.



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

ANEXO XIII

(modelo)

TERMO DE VISTORIA

AO
GDF-SEE-DF
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

Ref.: TP n.º: _____

Em conformidade com o estabelecido neste edital declaramos que a licitante vistoriou os locais, assumindo todas as responsabilidades quanto as condições e características dos mesmos e tudo o mais necessário à execução total dos serviços.

Brasília, DF, de de 2017.



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

ANEXO XIV

DAS PENALIDADES

DECRETO Nº 26.851, DE 30 DE MAIO DE 2006.

Publicação DODF 103, de 31/05/06 – Págs. 5 a 7.

Alterações:

Decreto nº 26.993, de 12/07/2006 – DODF de 13/07/06.

Decreto nº 27.069, de 14/08/2006 – DODF de 15/08/06.

Decreto nº 35.831, de 19/09/2014 – DODF de 22/09/14.

Decreto nº 36.974, de 11/12/2015 – DODF de 14/12/15.

Regula a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis Federais nos 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 10.520, de 17 de julho de 2002 (Lei do Pregão), e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e tendo em vista o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como o disposto no art. 68 da Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e ainda, a centralização de compras instituída nos termos da Lei Distrital nº 2.340, de 12 de abril de 1999, e as competências instituídas pela Lei Distrital nº 3.167, de 11 de julho de 2003, DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas de licitação e/ou de contratos, em face do disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, obedecerá, no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das Empresas Públicas do Distrito Federal, às normas estabelecidas no presente decreto.

NOVA REDAÇÃO DADA AO CAPUT DO ART. 1º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 – DODF DE 13/07/06.

Art. 1º A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas de licitação e/ou de contratos, em face do disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88, da Lei Federal no 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 7º da Lei Federal no 10.520, de 17 de julho de 2002, obedecerá, no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das Empresas Públicas do Distrito Federal, às normas estabelecidas no presente Decreto.”;

NOVA REDAÇÃO DADA AO CAPUT DO ART. 1º PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF DE 15/08/06.

Art. 1º A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas de licitação e/ou de contratos, em face do disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 7º da Lei Federal no 10.520, de 17 de julho de 2002, obedecerá, no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das Empresas Públicas do Distrito Federal, às normas estabelecidas neste Decreto.

Parágrafo único. As disposições deste Decreto aplicam-se também aos ajustes efetuados com dispensa e inexigibilidade de licitação, nos termos do que dispõe a legislação vigente, e ainda às licitações realizadas pelas Administrações Regionais, até o limite máximo global mensal estabelecido no art. 24, incisos I e II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nos termos do disposto no § 1º do art. 2º da Lei Distrital nº 2.340, de 12 de abril de 1999.

SEÇÃO II

DAS ESPÉCIES DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 2º As licitantes que não cumprirem integralmente as obrigações contratuais assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às seguintes sanções:



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

NOVA REDAÇÃO DADA AO CAPUT DO ART. 2º PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF DE 15/08/06.

Art. 2º As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal:

a) para o licitante e/ou contratado através da modalidade pregão presencial ou eletrônico que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e o licitante e/ou contratado será descredenciado do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

NOVA REDAÇÃO DADA À ALÍNEA “A” DO INCISO III DO ART. 2º PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF DE 15/08/06.

a) para a licitante e/ou contratada através da modalidade pregão presencial ou eletrônico que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a licitante e/ou contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

b) para os licitantes nas demais modalidades de licitação previstas na Lei n. 8.666, de 1993, a penalidade será aplicada por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

NOVA REDAÇÃO DADA À ALÍNEA “B” DO INCISO III ART. 2º PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF DE 15/08/06.

b) para as licitantes nas demais modalidades de licitação previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a penalidade será aplicada por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

NOVA REDAÇÃO DADA INCISO IV DO ART. 2º PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF DE 15/08/06.

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Parágrafo único. As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

NOVA REDAÇÃO DADA AO PARÁGRAFO ÚNICO ART. 2º PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF DE 15/08/06.

Parágrafo único. As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia a interessada, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.”

**SUBSEÇÃO I
DA ADVERTÊNCIA**

Art. 3º A advertência é o aviso por escrito, emitido quando o licitante e/ou contratado descumprir qualquer obrigação, e será expedido:



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

NOVA REDAÇÃO DADA AO CAPUT DO ART. 3º PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF DE 15/08/06.

Art. 3º A advertência é o aviso por escrito, emitido quando a licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

I - pela Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços;
II - pelo ordenador de despesas do órgão contratante e/ou participante do Sistema de Registro de Preços, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

NOVA REDAÇÃO DADA AO INCISO III DO ART. 3º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

II - pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

**SUBSEÇÃO II
DA MULTA**

Art. 4º A multa é a sanção pecuniária que será imposta ao contratado pelo atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

NOVA REDAÇÃO DADA AO CAPUT DO ART. 4º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

Art. 4º A multa é a sanção pecuniária que será imposta ao contratado, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

NOVA REDAÇÃO DADA AO CAPUT DO ART. 4º PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF DE 15/08/06.

Art. 4º A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso.

NOVA REDAÇÃO DADA AO INCISO I DO ART. 4º PELO DECRETO Nº 35.831, DE 19/09/14 – DODF DE 22/09/14.

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

NOVA REDAÇÃO DADA AO INCISO II DO ART. 4º PELO DECRETO Nº 35.831, DE 19/09/14 – DODF DE 22/09/14.

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;

V - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

NOVA REDAÇÃO DADA AO INCISO V DO ART. 4º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

V - 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

NOVA REDAÇÃO DADA AO INCISO V DO ART. 4º PELO DECRETO Nº 35.831, DE 19/09/14 – DODF DE 22/09/14.

V - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

§ 1º A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 193 e será executada após regular processo administrativo, oferecido ao contratado a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666, de 1993, observada a seguinte ordem:

NOVA REDAÇÃO DADA AO § 1º DO ART. 4º PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF DE 15/08/06.

§ 1º A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas ao contratado;

NOVA REDAÇÃO DADA AO INCISO II DO § 1º DO ART. 4º PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF DE 15/08/06.

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

§ 2º Sempre que a multa ultrapassar os créditos do contratado e/ou garantias, o seu valor será atualizado, a partir da data da aplicação da penalidade, pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), da Fundação Getúlio Vargas.

NOVA REDAÇÃO DADA AO § 2º DO ART. 4º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

§ 2º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

NOVA REDAÇÃO DADA AO § 2º DO ART. 4º PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF DE 15/08/06.

§ 2º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

§ 3º O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

§ 4º Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias;

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

§ 5º A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto no Parágrafo único do art. 2º e observado o princípio da proporcionalidade.

§ 6º Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do caput deste artigo.

§ 7º A sanção pecuniária prevista no inciso IV do caput deste artigo não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejem penalidades.

ACRESCENTADO O ART. 4-A PELO DECRETO Nº 36.974, DE 11/12/15 – DODF DE 14/12/15.

Art. 4-A A multa de que trata o art. 4º deste Decreto será aplicada, nas contratações previstas na Lei Federal nº 12.232, de 29 de abril de 2010, nos seguintes percentuais:



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

III - 1% (um por cento) do valor do contrato em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o termo contratual dentro do prazo estabelecido pela Administração;

IV - 1% (um por cento) sobre o valor do contrato que reste executar ou sobre o valor da dotação orçamentária que reste executar, o que for menor, em caso de rescisão contratual;

V - até 1% (um por cento) sobre o valor do contrato que reste executar ou sobre o valor da dotação orçamentária que reste executar, o que for menor, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, respeitado o disposto nos incisos I e II.

**SUBSEÇÃO III
DA SUSPENSÃO**

Art. 5º A suspensão é a sanção que suspende temporariamente a participação de contratado em licitações e o impede de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral do adjudicado e/ou contratado, no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, com a suspensão inscrita no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

NOVA REDAÇÃO DADA AO CAPUT DO ART. 5º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

Art. 5º A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral do licitante e/ou contratado, no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

NOVA REDAÇÃO DADA AO CAPUT DO ART. 5º PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 - DODF DE 15/08/06.

Art. 5º A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela Subsecretaria de Compras e Licitações, ou pelo órgão integrante do Sistema de Registro de Preços, a empresa permanecer inadimplente;

NOVA REDAÇÃO DADA AO INCISO I DO ART. 5º PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 - DODF DE 15/08/06.

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, ou pelo órgão integrante do Sistema de Registro de Preços, a licitante e/ou contratada permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, em licitação realizada na modalidade pregão presencial ou eletrônico, ou pregão para inclusão no Sistema de Registro de Preços, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

NOVA REDAÇÃO DADA AO INCISO II DO ART. 5º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

II - por até 90 (noventa) dias, em licitação realizada na modalidade pregão presencial ou eletrônico, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato;

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) receber qualquer das multas previstas no artigo anterior e não efetuar o pagamento; a reabilitação de dará com o pagamento.

NOVA REDAÇÃO DADA À ALÍNEA “C” DO INCISO IV DO ART. 5º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

c) receber qualquer das multas previstas no artigo anterior e não efetuar o pagamento.

§ 1º São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

I - a Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços;

II - o ordenador de despesas do órgão contratante e/ou participante do Sistema de Registro de Preços, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

NOVA REDAÇÃO DADA AO INCISO II DO § 1º DO ART. 5º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

II - o ordenador de despesas do órgão contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

§ 2º A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e produzirá os seguintes efeitos:

NOVA REDAÇÃO DADA AO § 2º DO ART. 5º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

§ 2º A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

I - se aplicada pela Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, na hipótese do descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços, implicará na suspensão, por igual período, perante todos os órgãos/entidades subordinados à Lei Distrital no 2.340, de 12 de abril de 1999, e alterações posteriores;

II - se aplicada pelo ordenador de despesas do órgão contratante e/ou participante do Sistema de Registro de Preços, na hipótese do descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato, implicará na suspensão perante o órgão sancionador.

§ 3º O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

SUBSEÇÃO IV

DA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE

Art. 6º A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado de Fazenda, à vista dos motivos informados pela Subsecretaria de Compras e Licitações.

NOVA REDAÇÃO DADA AO CAPUT DO ART. 6º PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF DE 15/08/06.

Art. 6º A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual.

§ 1º A declaração de inidoneidade prevista neste artigo permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo de até dois anos de sancionamento.

NOVA REDAÇÃO DADA AO § 1º DO ART. 6º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

§ 1º A declaração de inidoneidade prevista neste artigo permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

NOVA REDAÇÃO DADA AO § 1º DO ART. 6º PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF DE 15/08/06.

§ 1º A declaração de inidoneidade prevista neste artigo permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

§ 2º A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 1993.

NOVA REDAÇÃO DADA AO § 2º DO ART. 6º PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF DE 15/08/06.

§ 2º A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.”

**CAPÍTULO II
DAS DEMAIS PENALIDADES**

Art. 7º As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, administrado pela Subsecretaria de Compras e Licitações, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e

II - declaração de inidoneidade, nos termos do art. 6º deste Decreto

III - aplicam-se a este artigo as disposições dos §§ 2º e 3º do art. 5º deste Decreto.

FICA ACRESCENTADO O PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 6º PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF DE 15/08/06.

Parágrafo único. Aplicam-se a este artigo as disposições dos §§ 2º e 3º do art. 5º deste Decreto.”

FICA REVOGADO O INCISO III DO ART. 7º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

Art. 8º As sanções previstas nos arts. 5º e 6º poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nos 8.666, de 1993 ou 10.520, de 2002:

NOVA REDAÇÃO DADA AO CAPUT DO ART. 8º PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF DE 15/08/06.

Art. 8º As sanções previstas nos arts. 5º e 6º poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nos 8.666, de 21 de junho de 1993 ou 10.520, de 17 de julho de 2002:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

**CAPÍTULO III
DO DIREITO DE DEFESA**

Art. 9º É facultado ao interessado interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

NOVA REDAÇÃO DADA AO CAPUT DO ART. 9º PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF DE 15/08/06.

Art. 9º É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

§ 2º Na contagem dos prazos estabelecidos neste Decreto, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário; só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.

NOVA REDAÇÃO DADA AO § 2º DO ART. 9º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

§ 2º Na contagem dos prazos estabelecidos neste Decreto, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

FICA ACRESCENTADO O § 3º DO ART. 9º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

§ 3º Os prazos referidos neste artigo só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

FICA REVOGADO O § 3º DO ART. 9º PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF DE 15/08/06.

§ 3º Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o exaurimento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;

III - o fundamento legal da sanção aplicada;

IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

FICA ACRESCENTADO O §4º MEDIANTE RENUMERAÇÃO DO §3º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

§ 4º Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o exaurimento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;

III - o fundamento legal da sanção aplicada;

IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

§ 4º Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio www.fazenda.df.gov.br, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal - e-compras, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

FICA ACRESCENTADO O §5º MEDIANTE RENUMERAÇÃO DO §4º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

§ 5º Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio www.fazenda.df.gov.br, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal - e-compras, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

§ 5º Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos arts. 3º e 4º deste decreto, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

FICA ACRESCENTADO O §6º MEDIANTE RENUMERAÇÃO DO §5º PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.



**DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

§ 6º Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos arts. 3º e 4º deste decreto, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

NOVA REDAÇÃO DADA § 6º DO ART. 9º PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF DE 15/08/06.

§ 6º Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos arts. 3º e 4º deste Decreto, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.”

**CAPÍTULO IV
DO ASSENTAMENTO EM REGISTROS**

Art. 10. Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

Parágrafo único. As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

**CAPÍTULO V
DA SUJEIÇÃO A PERDAS E DANOS**

Art. 11. Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas por este Decreto, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

**CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 12. Os instrumentos convocatórios e os contratos deverão fazer menção a este Decreto, incluir os percentuais relativos a multas, e as propostas comerciais deverão mencionar expressamente a concordância do proponente aos seus termos.

NOVA REDAÇÃO DADA AO CAPUT DO ART. 12º PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF DE 15/08/06.

Art. 12. Os instrumentos convocatórios e os contratos deverão fazer menção a este Decreto, ressalvados os casos em que o objeto exija penalidade específica.”

FICA ACRESCENTADO O ART. 13 PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

Art. 13. As sanções previstas nos arts. 3º, 4º e 5º deste Decreto serão aplicadas pelo ordenador de despesas do órgão contratante, inclusive nos casos em que o descumprimento recaia sobre o contrato oriundo do Sistema de Registro de Preços.

FICA ACRESCENTADO O ART. 14º PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF DE 15/08/06.

Art. 14. Os prazos referidos neste Decreto só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.”

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

FICA RENUMERADO O ART. 13 PARA ART. 14 PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

FICA RENUMERADO O ART. 14 PARA ART. 15 PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF DE 15/08/06.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

FICA RENUMERADO O ART. 14 PARA ART. 15 PELO DECRETO Nº 26.993, DE 12/07/2006 - DODF DE 13/07/06.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

FICA RENUMERADO O ART. 15 PARA ART. 16 PELO DECRETO Nº 27.069, DE 14/08/2006 – DODF DE 15/08/06.

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de maio de 2006.
118º da República e 47º de Brasília
MARIA DE LOURDES ABADIA



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

DECRETO Nº 35.831, DE 19 DE SETEMBRO DE 2014.

Publicado no DODF nº 197, de 22/09/2014. Pág. 6.

Altera o Decreto nº 26.851, de 30 de maio de 2006, que regula a aplicação de sanções administrativas previstas nas leis federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso VII e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, **DECRETA**:

Art. 1º Os incisos I, II e V do art. 4º, do Decreto nº 26.851, de 30 de maio de 2006, passam a vigorar com a seguinte redação:

“I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;”

“II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;”

“V - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial os incisos I, II e V, do Decreto nº 26.851, de 30 de maio de 2006.

Brasília, 19 de setembro de 2014.

126º da República e 55º de Brasília

AGNELO QUEIROZ